

A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E OS CONFLITOS NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS

Victor Tavares Barbosa¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar os conflitos na região dos Grandes Lagos, dando enfoque ao papel da República Democrática do Congo (RDC) para o desenvolvimento destes embates, tendo em vista, que a RDC é um país que sofreu com as práticas do imperialismo e, depois de independente, passou por conturbados processos de consolidação da ordem política. A importância dos interesses de outros Estados nos recursos naturais da RDC e das divergências étnicas para o agravamento dos conflitos também é abordada no artigo.

Palavras-chaves: RDC; Grandes Lagos; imperialismo; ordem política; divergência étnica.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the conflicts in the Great Lakes region by focusing on the role of the Democratic Republic of Congo (DRC) in the development of these hostilities, regarding that DRC is a country which suffered with the practices of imperialism and, after independent, experienced turbulent processes of consolidation of political order. The importance of the other states' interests in the DRC's natural resources and the ethnic divergences for the escalation of the clashes is also addressed in the assignment.

Key-words: DRC; Great Lakes; imperialism; political order; ethnic divergence.

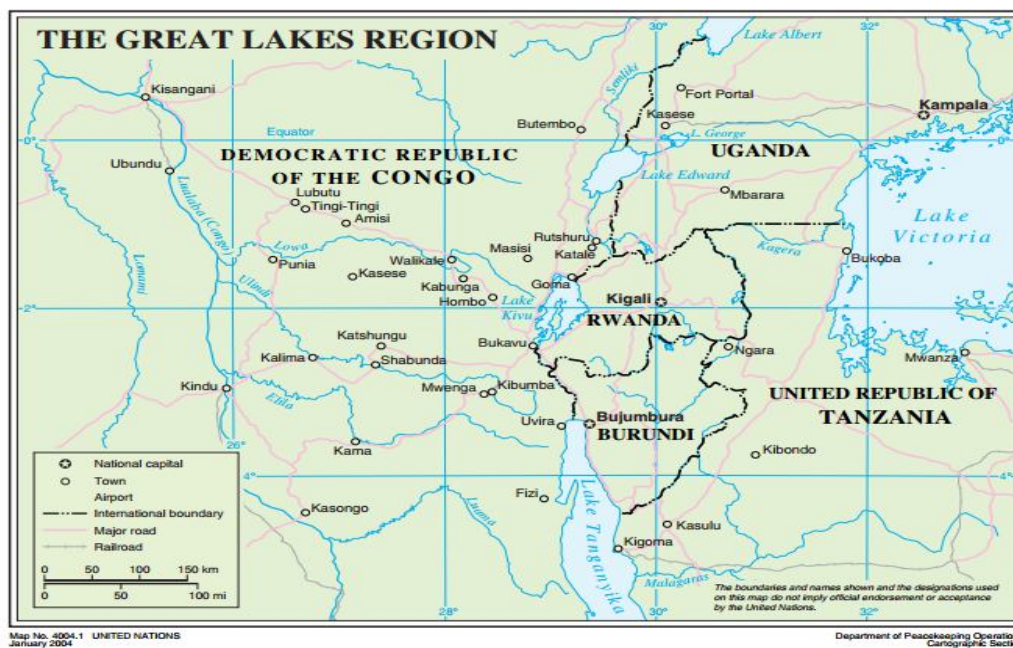
A República Democrática do Congo e os conflitos na região dos Grandes Lagos

Abordar os conflitos da região dos Grandes Lagos exige não só uma análise do âmbito local e continental, mas também uma análise do sistema internacional – com recortes históricos –, no que concerne ao conflito em questão. Isso se dá devido à heterogeneidade da contenda que se formulou a partir dos interesses das grandes potências coloniais e imperialistas (referentes às épocas tanto da colonização quanto da descolonização), de interesses econômicos e diferenças étnicas conflitantes. A guerra fria, o pan-africanismo

¹ Discente de Graduação das Relações Internacionais da Faculdade Damas.

junto com a inserção do continente africano no cenário internacional, também se configuram como pontos-chave do conflito.

Mapa da região dos Grandes Lagos



Fonte: <http://www.un.org> (2016).

A respeito da influência das potências no conflito, a assinatura do Tratado de Westfália (1648) caracteriza-se como um marco em relação à subjugação do continente africano aos interesses europeus. De acordo com Bizawu (2008), a Paz de Westfália se caracteriza enquanto um marco, uma vez que, é a partir dela que se inicia o imperialismo francês e a desintegração do Sacro Império Romano Germânico. Ainda à luz do autor, países europeus como a Bélgica, a Grã-Bretanha e a França levaram para a África a sua concepção hegemônica objetivando melhor dominar os países africanos sob a sua tutela após a Conferência de Berlim (1884\1885).

O processo de colonização dos agora conhecidos como Estados africanos ocorreu no mesmo recorte histórico que o período de desestruturação e reestruturação da Europa das Nações, o século XVII. Outra característica da época é o princípio de equilíbrio de poder, que

segundo Kissinger (1999), surgiu no século XVII como o colapso do desejo medieval pela modernidade.

O equilíbrio de poder não visava a evitar crises ou mesmo guerras. Funcionando bem, destinava-se a restringir a capacidade de alguns Estados dominarem outros e a limitar a extensão dos conflitos. Seu objetivo não era a paz, era a estabilidade e a moderação. (KISSINGER, 1999, p.16)

Buscando o equilíbrio continental e sob a perspectiva do princípio do equilíbrio de poder, em 1713, os Estados Europeus assinaram o Tratado de Utrecht. Em contra partida, na mesma época (referente à industrialização europeia), mais expedições partiram da Europa para explorar matérias primas africanas. Segundo Bizawu (2008), esse paralelismo – a sequência de acontecimentos, não se trata de uma mera coincidência; no momento em que ocorreram as conquistas das terras africanas, na Europa se utilizava como ferramenta de equilíbrio de poder as compensações territoriais, uma vez que, os fatores levados em consideração diziam respeito à questão da fertilidade do solo, do número e da qualidade da população.

De acordo com Morgenthau (2003), tanto a fertilidade do solo quanto o número e a qualidade das populações foram utilizados como padrões aos quais seria determinado o acréscimo de poder que as nações receberiam de forma individual devido à aquisição territorial. A priori, levando em conta as limitações tecnológicas da época, esse modelo foi aplicado de forma rudimentar; todavia, o Congresso de Viena aprimorou a política de compensações, pois nomeou, em 1815, uma comissão encarregada de avaliar os territórios. Ainda segundo o autor, na parte final do século XIX, a África foi peça de tratados que delimitavam a esfera de influência das potências coloniais. Por exemplo, a competição por França, Grã-Bretanha e Itália pelo domínio da Etiópia foi resolvida, provisoriamente, por meio da adoção do modelo das partilhas da Polônia e, pelo tratado de 1906 que dividiu o país em três esferas de influência, objetivando estabelecer naquela região um equilíbrio de poder entre as nações interessadas.

Sob a luz de Bizawu (2008), é de suma importância para entender os conflitos da África levar em consideração a heterogeneidade de sua história e a sua diversidade cultural, étnica e linguística. Alguns conflitos, assim como o da região dos Grandes Lagos, podem ter origens que precedem à época colonial; no entanto, se interligam à exploração das matérias primas africanas para a industrialização europeia e às atuações missionárias.

Conforme explicita Hochschild (1999), na Europa, o desejo pelas terras africanas era claro e de conhecimento geral. E devido a isso, algumas reivindicações conflitantes (lê-se interesse nas mesmas regiões) precisavam ser revolvidas; e para tal era clara a necessidade da criação de regras básicas para a divisão da África. Bismarck foi o anfitrião da conferência diplomática, em Berlim, em 1885, que discutiu algumas dessas questões. E para Leopoldo II a conferência foi uma oportunidade de suplemento de seu controle no Congo. Fica clara, então, a influência do imperialismo e colonialismo europeus na pessoa do Rei Leopoldo II da Bélgica.

Na percepção de Seitenfus (2004), o colonialismo europeu foi uma ação guerreira de excelência que se caracterizava por meio da ocupação militar, tanto de terras desabitadas ou daquelas ocupadas por sociedades consideradas inferiores. Para o autor, tanto o sistema clientelístico quanto a geografia linguística e cultural das atuais relações internacionais originam-se durante o colonialismo. Em sintonia com Ricardo Seitenfus, Celso Mello (2002) reforça que o colonialismo é uma atividade de ocupação por meio da força ou por meios pacíficos de territórios, objetivando estabelecer componentes do Estado ocupante e utilizar o território ocupado para vantagens econômicas. Em contra partida, em relação ao imperialismo, Morgenthau (2003) ressalta que nem toda política de uma nação constitui necessariamente uma manifestação de imperialismo; para ele, estabelece uma ação imperialista qualquer atividade desenvolvida por uma nação – seja a China, os EUA, a Grã-Bretanha ou qualquer outra – no sentido de manter sua situação de influência (potência) em certas regiões. Sendo assim, na perspectiva morgenthauiana, o imperialismo se caracteriza como a manutenção, defesa e estabilização de um império real, em vez que equiparar a um processo dinâmico de aquisição de um novo império.

É por este prisma que os países da região dos Grandes Lagos vão se inserir no sistema internacional. Prisma este que refere-se a países que foram explorados pela colonização e pelo imperialismo, convivendo, desde então, com as consequências de tal época: fronteiras fictícias foram criadas, povos que viviam em harmonia foram postos em detrimento uns aos outros, as regiões foram desestruturadas e abandonadas a sua sorte.

Os tutsis e hutus são dois povos que disputam o poder em Ruanda e Burundi, e os hutus são a maioria da população. Como explicita Bizawu (2008), a minoria tutsi que foi

considerada como superior em detrimento a maioria hutu pelos colonizadores belgas – os cargos importantes da administração local eram destinados aos tutsis e os mesmos também eram vistos como superiores devido a características biológicas, a exemplo, temos que os tutsis eram geralmente mais altos que os hutus. Na perspectiva de Bizawu (2008), os tutsis, que para ele sempre foram de certa forma protegidos pelos colonizadores, iniciam os conflitos na região dos Grandes Lagos e não são incomodados pela comunidade internacional por, sempre que necessário, levantarem a “carta” do Genocídio de Ruanda de 1994 ou a questão de segurança nas regiões fronteiriças devido às ameaças dos ex-soldados do exército ruandês refugiados no Congo – os *interahamwe*. Os tutsis e hutus se espalham por Ruanda (hutus são maioria), Uganda, Burundi (tutsis são maioria) e Congo; os três primeiros Estados aqui citados, segundo Bizawu (2008), adotaram uma postura expansionista objetivando a exploração dos recursos naturais do Congo além da possibilidade da conquista de mais terras para acomodar populações tutsis. Essa é a configuração básica dos conflitos da região dos Grandes Lagos.

O conflito entre tutsis e hutus é mais uma demonstração do efeito retardado da política colonial europeia no continente africano. Até o início da colonização alemã na região, as etnias tutsi e hutu viviam em relativa harmonia em território que hoje é ocupado por Ruanda e Burundi. Os tutsis eram predominantemente pastores e apresentavam maior estatura. Os hutus, de pele mais escura de menor estatura, tinham tradição agrícola. A partir da colonização sob o domínio alemão, e posteriormente belga esses dois povos tiveram sua organização modificada. Os tutsis foram escolhidos para assumirem cargos da administração estatal, treinamento militar, acesso exclusivo à educação, uma vez que as escolas tinham estatura mínima, visando impedir o ingresso de hutus. Em 1959, os ressentimentos acumulados pelos hutus, no período colonial, explodem. Nesta primeira rebelião, militares tutsis foram aprisionados e tiveram seus pés cortados a golpes de facão, objetivando diminuir a diferença de estatura (e simbolicamente diminuir as diferenças sociais). Em 1962, Ruanda tornou-se independente e a minoria tutsi ficou a mercê dos hutus, sendo obrigados a migrar para a Uganda, a fim de organizarem uma nova tomada de poder. Este conflito se intensificou a partir de 1994, quando os presidentes de Ruanda e Burundi, de etnia hutu, foram mortos em um atentado que derrubou o avião onde viajavam juntos. Foi o estopim para o genocídio de mais de 1 milhão de mortos e mais de 2 milhões de refugiados. Em julho de 1998, foi elaborado um acordo de cessar fogo com o estabelecimento de um governo formado por representantes tutsi e hutus. (Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/com112_2000_1/geo_on_line/tutsis_hutus.htm> Acesso em 19\11\2016)

Os *banyamulenges* são tutsis de origem ruandesa situados no Congo desde a colonização belga, devido aos conflitos tradicionais entre os dois povos, os mesmos alegam terem escolhido um posicionamento belicoso para se defenderem de uma possível limpeza étnica. No entanto, os *banyamulenges* podem ser interpretados como um subterfúgio

ruandês para manter o Congo sob a sua influência. Braeckman (1999) evidencia que a presença ruandesa em território congolês precede a colonização belga. Todavia, segundo o autor, para os congoleses, os então nomeados *banyamulenges*, são apenas uma etnia imaginária, produzida por Ruanda para usar esses “primos” distantes como uma via de influência no Congo. Além da questão econômica dos recursos naturais do Congo, os *banyamulenges* vão se caracterizar como outra peça chave dos conflitos dos Grandes Lagos, todavia, as raízes dos conflitos da região partem da política colonial belga que privilegiou uma etnia em detrimento a outra.

Segundo Huntington (1994), foi anunciado no início de 1960 que o governo belga concederia a independência do Congo em seis meses. O Congo obteve a sua independência em 30 de junho de 1960, a declaração foi feita após tumultuadas negociações com lideranças políticas locais. Entretanto, a incapacidade administrativa ocasionada pela insuficiência do sistema educacional colonial para os nativos e os fracionamentos étnico-regionais nutridos pelos belgas resultaram graves conflitos políticos internos. Após a sua emancipação, o Congo entrou em estado de crise, a chamada Crise do Congo que se caracterizou por envolver, sobretudo, ameaças de caráter interno – separatismo e movimentos revolucionários – ao Estado congolês recém-independente.

O sistema colonial deixou aos países africanos problemas comuns dentre os quais, Visentini (2007) explicita que os mais relevantes são: primeiramente, as rivalidades entre grupos diferentes que foram instigadas como forma de dominação interna e externa; e em segundo lugar, a assimilação cultural das elites locais, calcada na dependência neocolonial. Tal elite possuía estreitas ligações com a ex-metrópole e baseavam-se na exacerbação da corrupção. Paralelo às afirmações de Paulo Visentini, Young (2002) aborda, em seus trabalhos, quatro grandes instabilidades características dos processos pós-colonialismo africanos (independência): a descolonização mal administrada, movimentos separatistas, falência prematura do Estado e opressão racial.

De acordo com Castellano da Silva (2011), a Crise do Congo foi uma crise da descolonização belga que culminou no colapso de sua principal colônia; as características principais do evento foram a agitação política, econômica e de segurança já que se iniciou uma guerra civil que estendeu-se de 1960 a 1965 com uma mortalidade de aproximadamente 200 mil pessoas. Dentre os principais acontecimentos da Crise do Congo,

podemos citar um motim inicial de soldados do exército, que lutavam por mais direitos frente aos seus superiores ainda belgas, a soberania congoleza foi violado por soldados belgas nos primeiros dias de sua independência, a secessão de Katanga (1960-1963) e Kasai do sul (1960-1962) – duas províncias de suma importância para a viabilidade do estado congolês, os dois golpes militares feitos por Mobutu, os quais foram apoiados político-economicamente pela CIA e o assassinato do então primeiro-ministro do país Patrice Lumumba, em 17 de janeiro de 1961 (CASTELLANO DA SILVA, 2011).

É importante ressaltar que os movimentos separatistas tiveram origens étnico-sociais (Lulua e Luba; Luba e Lunda são etnias que apresentam rivalidade no sudeste do Congo), no entanto, também têm origem em elementos econômicos, pois as regiões em questão são ricas em recursos minerais. Segundo Castellano da Silva (2011), o Congo se sai vitorioso da guerra civil devido ao apoio externo (norte-americano e belga). E um marco do momento histórico congolês da época é que o então presidente Mobutu deu um novo golpe em 1965, declarando-se então presidente por mais cinco anos; no entanto, de fato, ele ficou no poder por mais trinta e cinco anos.

Mobutu governou de 1965 a 1997, esse período foi marcado pelas ambições pessoais do presidente as quais foram nocivas a uma das principais características do governo de Mobutu: as tentativas iniciais de *state-building*. Que ocorreram em resposta à degradação do Estado devido à Crise do Congo; foi evidente no regime de Mobutu um domínio quase absoluto do Estado, repressão interna e a aceitação econômica de uma burguesia que nasceu devido a concessões administrativo-brurocráticas (CASTELLANO DA SILVA, 2011).

Nos cernes políticos de tal regime estava o interesse de Mobutu em construir um Estado que resolvesse a descentralização e dissolução da autoridade presentes no período da Crise do Congo, também conhecido como Primeira República. No entanto, ao passo que o presidente concentrou poder em suas mãos e o seu domínio gerou reações internas, a sua principal estratégia tornou-se a personificação do poder – as medidas econômicas também eram desenvolvidas de forma a incrementar o poder econômico e político do presidente e de sua aristocracia política (CASTELLANO DA SILVA, 2011).

Segundo Ribeiro (2010), a dominação de Mobutu também teve um caráter simbólico. O presidente estabeleceu um regime de partido único onde o mesmo tornou-se o chefe

maior das instituições políticas nacionais e, em 1975, esse regime de partido único foi aprofundado pela criação de uma escola do partido a qual seria a base da disseminação do mobutunismo. De acordo com o autor, o mobutunismo corresponde não apenas a uma ideologia, mas a uma mentalidade transpassada por meio do estudo dos ensinamentos, pensamentos e ações do presidente. Na investida de ser um chefe\líder forte e carismático, Mobutu tentou seguir os passos do Leopoldo II. No que diz respeito ao âmbito coercitivo, segundo Nzongola-Ntalaja (2003), o regime do Mobutu utilizava as suas forças militares como uma ferramenta de repressão social; ou seja, há uma primazia do âmbito coercitivo interno. Conforme Castellano da Silva (2011), de 1965 a 1975, Mobutu estabeleceu reformas fortalecedoras do Estado como a criação de um exército nacional permanente e bem treinado. Porém, em 1975, a acusação de uma tentativa de golpe contra o mesmo fez com que ele, com medo do crescimento de um poder concorrente incontrolável, destruísse gradualmente o exército que ele mesmo construiu e a burocracia (nomeando, então, para a maioria dos postos, parentes e amigos aos quais ele podia confiar, no entanto, isso não implicava que os mesmos eram aptos a ocuparem tais cargos. Tal medida reduziu a capacidade administrativa do Estado e abriu espaço para um complexo sistema de corrupção) – em um sentido mais amplo, ele também abandonou as pretensões de *state-building*. Ele se utilizou de políticas de politização, tribalização, desprofissionalização e criação de unidades privilegiadas (CASTELLANO DA SILVA, 2011). Segundo Nzongola-Ntalaja (2003), tais medidas fizeram com que as forças de segurança do regime de Mobutu se transformassem em uma guarda pretoriana. Desta forma, não tendo o objetivo de defender o Estado, sua soberania e população, mas sim o regime e o seu chefe.

Como dito, no regime Mobutu, o âmbito coercitivo interno foi ampliado e, em contrapartida, a capacidade do exército nacional foi reduzida. Segundo Castellano da Silva (2011), o governo de Mobutu atuou em outros campos: na esfera extrativa – que foi implantada, porém de forma insuficiente, tendo em vista que a economia do Estado se baseou primordialmente na exploração de recursos naturais e pelo auxílio externo; o campo distributivo de bem-estar social estava em último lugar na lista de interesses de Mobutu; no plano produtivo, houve uma breve construção que não conseguiu progredir graças à lógica patrimonialista de distribuição de cargos, com isso, sua efetividade não foi alcançada. De acordo com Castellano da Silva (2011), o regime de Mobutu aumentou vertiginosamente a

dívida externa do Congo na mesma medida que colapsou as contas públicas, levando à desvalorização monetária, à hiperinflação e à pauperização generalizada. Este cenário, atrelado à recusa por parte de Mobutu de liberalizar o regime, caracterizou-se como fatores de suma importância não só para o início da Primeira Guerra do Congo, como também da extinção da possibilidade de transformar o Congo em um Estado “viável”.

Entre outubro de 1996 e maio de 1997, ocorreu a Primeira Guerra do Congo, o conflito causou 200 mil mortes, a guerra tem um caráter civil, porém é marcada pela agressão de Ruanda, Uganda e Burundi ao Zaire, ou seja, trata-se de uma guerra interestatal em formato de guerra civil; a guerra difere-se da Crise do Congo por ter mais características interestatais e regionais e também devido ao fato de que o Estado congolês, ainda sob a tutela do regime de Mobutu, foi derrotado (CASTELLANO DA SILVA, 2011). Em 28 de maio de 1997, Laurent Kabila assumiu a gestão congoleza (Mobutu ficou em exílio em Marrocos, onde veio a falecer) o, gestão essa que primava pela integração de Ruanda, Uganda e os tutsis ao seu governo; essa integração ocasionou, conseqüentemente, uma grande dependência das tropas externas na composição de um novo exército e na segurança nacional – como efeito, houve uma precária construção de uma esfera coercitiva externa, pois a mesma era dependente das tropas dos países vizinhos (CASTELLANO DA SILVA, 2011). O governo de Laurent Kabila representou um rompimento com o regime de Mobutu, no entanto, as formas de segurança no novo presidente reproduziam a lógica presente no regime anterior.

De acordo com Castellano da Silva (2011), o fim da Guerra Fria foi um fator-chave para a configuração da Primeira Guerra do Congo já que o mesmo instabilizou o continente africano ao meio. A retomada de relações entre os EUA e a URSS acarretou, na África, uma intensificação das rivalidades interestatais e o rompimento do sistema de patronagem e tutela que era basilar para a defesa da integridade estatal, referentes a territórios e governos. Castellano da Silva (2011) explicita que Mobutu baseava-se numa aliança com a França que há muito se mostrava ter se exaurido para dar continuidade à guerra enquanto os países agressores (Ruanda, Uganda e Burundi) tomaram a iniciativa de se articularem diretamente à criação de grupos armados para dar legitimidade à investida. Vale salientar que as operações foram financiadas pelas companhias transnacionais de exploração de minérios.

Segundo Visentini (2010), a Segunda Guerra do Congo foi um conflito decorrente do rompimento da aliança vencedora da Primeira Guerra do Congo (que pôs Laurent Kabila no poder). Em virtude da inclinação nacionalista da Laurent Kabila, a delonga para solucionar a questão da inclusão dos *banyamulenges* no leste do país e a convivência do presidente com as incursões hutu no território ruandês – a aliança de Ruanda, Uganda e Burundi - se reconfiguraram objetivando a destituição de Laurent Kabila do poder. Outrora, o mesmo chegou ao poder devido ao apoio de tais países (Visentini, 2010).

Castellano da Silva (2011) relata que a multiplicidade de atores participantes da guerra trouxe à tona a importância estratégica do Congo na região; do lado dos agressores estava Ruanda, Burundi e Uganda já do lado de bloqueio\defesa estavam o Congo, Zimbábue, Angola, Namíbia, Sudão, Chade e Líbia – além das guerrilhas armadas utilizadas por ambas as partes como forma de batalha e o governo congolês também utilizaram grupos *proxies* para a sua defesa, como a milícia hutu *Interahamwe* e ex-integrantes das forças armadas de Ruanda, cúmplices no genocídio de tutsis (CASTELLANO DA SILVA, 2011). Por esse caráter multipolar, a Segunda Guerra do Congo ficou conhecida como a Guerra Mundial Africana e ocorreu de agosto de 1998 até junho de 2003. Dentre outros fatores, Ruanda, Uganda e Burundi acusavam o governo de Kabila de não prevenir incursões de grupos rebeldes em seus territórios. Por esse motivo, Castellano da Silva (2011) afirma esses países passaram a apoiar um novo grupo, chamado de *Rassemblement Congolais pour la Democratie* (RCD), ao qual, em um momento posterior, dividiu-se em RCD-Goma, sob o apoio de Ruanda e Burundi, e RCD-KML, com o apoio da Uganda. Este grupo e seus sub-grupos controlou a região leste do Congo, uma das mais ricas em recursos naturais. Além do mais, Uganda auxiliou a formação do grupo *Mouvement pour la Libération du Congo* (MLC). Uganda e MLC assumiram o controle das regiões norte e nordeste do Congo, um terço do território congolês (CASTELLANO DA SILVA, 2011).

Segundo Nest (2006), o território congolês foi dividido em três partes que representavam as zonas de influência de Ruanda, Uganda e do Congo e seus aliados, uma vez que, com o ingresso da coalizão de defesa, o conflito passou a uma posição de equilíbrio. Nessas regiões, a exploração desenfreada dos recursos naturais servia de base para o financiamento das operações militares. Se por um lado, os Estados invasores (Ruanda e Uganda) usavam de sua força militar para explorar os recursos naturais congolezes

ilegalmente, por outro, o Congo fazia concessões para extração dos mesmos recursos (em sua maioria, ouro, diamante e nióbio) para que os exércitos estrangeiros (defensores) pudessem financiar suas operações.

Bizawu (2008) esclarece que, levando-se em conta a estrutura na qual o Estado congolês se encontrava, os altos custos dos conflitos para ambos os lados e as pressões internacionais, o conflito teve o desfecho louvável: uma solução pacífica, aliás, foi encerrada sem uma definição militar. Como relata o autor, o cessar-fogo ocorreu com a assinatura do Acordo de Lusaka em 6 de agosto de 1999 – o acordo previa a retirada das tropas estrangeiras, o estabelecimento de uma missão de paz da ONU (MONUC) e a abertura política mediante a um Diálogo Congolês (DIC). Segundo Castellano da Silva (2011), o acordo foi fundamental para a criação da MONUC, porém Laurent Kabila bloqueou os processos, uma vez que o mesmo buscava uma vitória militar, tendo em vista que o presidente dependia por completo das tropas estrangeiras aliadas (o acordo implicava a retirada das mesmas) e que o Congo não dispunha de algo identificável como exército nacional. Castellano da Silva (2011) explica que devido a esses bloqueios que deixaram tantos inimigos quanto aliados insatisfeitos, L. Kabila foi assassinado em 16 de janeiro de 2001. Ainda na perspectiva do autor, a pilhagem desenfreada dos recursos naturais congolese contribuiu para a demora da retirada das tropas externas do país, para a continuidade do conflito mesmo após o Acordo de Lusaka de 1999 e também para a agressão de tropas de Uganda e Ruanda na disputa pelas zonas ricas em minério do Congo.

De acordo com Bizawu (2008), uma questão decisiva para o encerramento do conflito foi a ascensão de Joseph Kabila (filho de Laurent Kabila) ao poder em 24 de janeiro de 2001. O mesmo chegou ao poder graças ao apoio e articulação do Zimbábue e Angola. A postura do novo presidente era mais branda e colaborativa, o que contribuiu para o cessar-fogo já que o mesmo cedeu em pontos fundamentais. Assim, novos acordos foram estabelecidos. Segundo Castellano da Silva (2011), os acordos de Sun City, Pretoria e Luanda entre os países e os grupos beligerantes resultaram no Acordo Global e Todo-Inclusivo de Paz, assinado na África do Sul em 2002. A integridade do Congo foi simbolicamente recuperada visto que o pacto consolidou a saída das tropas ugandesas e ruandesas do país. A Segunda Guerra do Congo se encerrou em 2003 e, em março do mesmo ano, a DIC introduziu uma nova Constituição preliminar, em 09 de abril daquele ano. J. Kabila foi mantido como presidente e,

em 30 de junho, o governo de transição e parlamento provisional foram estabelecidos (CASTELLANO DA SILVA, 2011).

A Segunda Guerra do Congo chegou oficialmente a um fim, mas houve alguns incidentes conflituosos. Strafor (2006) esclarece que invasões de Ruanda e Uganda ao território congolês foram frequentes e só foram interrompidas com a declaração de Angola, em agosto de 2006, de que estava com 30.000 tropas preparadas para serem utilizadas contra qualquer invasão ruandesa. Essa dependência congoleza por forças externas contribui para a capacidade do Estado de fornecer segurança a seus cidadãos. Castellano da Silva (2011) relata que essa insuficiência de capacidade de exercer uma coerção externa acabou por prejudicar a esfera coercitiva interna, visto que grupos beligerantes foram inseridos nas instituições de transição e também devido à continuidade de ações de grupos insurgentes no interior do país – grupos armados que continuam a se utilizar de sistemas de exploração dos recursos naturais do Congo, a exemplo, o minério, para financiar suas operações militares.

Em relação aos grupos nacionais, cumpre salientar que esses foram inseridos automaticamente (pelos mecanismos do Acordo Todo-Inclusivo da Paz) nas instituições estatais (forças armadas, burocracia e sistema político) e no sistema político a partir de mecanismos de *power-sharing*. Este processo (a) gerou incentivo para o surgimento de novos grupos armados que reivindicavam inclusão e ganhos políticos e para a luta armada de grupos e atores já inseridos no sistema visando novas reivindicações; e (b) contribuiu para a cristalização de diferenças étnicas não primordiais. (CASTELLANO DA SILVA, 2011, pg 129)

No que tange à dicotomia de coerção interna e externa, Bizawu (2008) traz que, internamente, o maior problema a ser enfrentado pelo Estado congolês são os conflitos de caráter étnico (a exemplo, as etnias Lendu, Hema, Mai Mai, banyamulenga, Enyelle e Munzaya). Já com quesito externo, a maior problemática para o Congo são os hutu da milícia interahamwe.

Conclusão

No decorrer deste trabalho procurou-se apresentar argumentos que sustentassem o papel-chave do Congo nos conflitos da região dos Grandes Lagos. As ações de atores do cenário internacional – como o Leopoldo II, os EUA, a URSS, a França – foram cruciais para a estruturação dos conflitos; no entanto, figuras internas, do próprio Congo – como Mobutu, Laurent Kabila e Joseph Kabila – também exerceram uma parte de suma importância.

Laurent Kabila ansiava por uma vitória essencialmente militar, no entanto, dependia em demasia, das forças aliadas externas e não se preocupava em fortalecer o seu próprio exército. O próprio presidente impulsionou a pilhagem dos recursos naturais do seu país para distribuí-los com os seus aliados para que os mesmos pudessem financiar suas operações militares. Ao fazer isso, ele deixou de lado o investimento na construção de uma economia nacional e na edificação de uma infraestrutura que desse suporte ao esforço de guerra. Joseph Kabila cometeu os mesmos erros do pai: tendeu ao auxílio externo para defesa, não fomentou uma economia saudável para o país como também não investiu na construção de infraestrutura. Ou seja, houve uma dependência da tutela da MONUC (agora, MONUSCO) e do suporte das forças armadas dos países vizinhos.

Portanto, essa dependência do Congo do auxílio de forças estrangeiras faz com a reforma do sistema de segurança do país seja uma questão fundamental. Outro agravante, que faz com que a reforma seja um ponto ainda mais necessário, são os grupos beligerantes que entraram nas forças de segurança. A reforma do sistema de segurança engloba a formação de um exército permanente, a estruturação de forças policiais, a construção de uma estrutura carcerária e o sistema judicial. Na atual situação do Congo, a construção de escolas, estradas, hospitais mostra-se tão importante quanto o desarmamento de insurgentes e qualquer vitória militar.

É clara a necessidade do Congo de se aproximar dos seus países vizinhos, uma vez que a integração regional mostra-se como mais uma possibilidade de se alcançar o desenvolvimento, e esses Estados podem exercer um papel importante no combate de grupos insurgentes. Porém, para tanto, o Congo precisa conquistar a confiança dos mesmos, por conseguinte, antigos aliados, como os hutus de Ruanda, devem ser desarmados e pacificados. Outra consequência de tal ação seria a conquista de mais segurança para a população congoleza. Uma maneira de se conseguir uma vitória sobre esses grupos insurgentes seria acoplar à reforma do sistema de segurança um sistema de “remuneração” (para os que colaborarem) e “correção” (para os que representarem risco à paz) para os grupos que compõem os processos de paz. Acima de tudo, é crucial a criação de uma estrutura militar capaz de dissuadir o surgimento de novos grupos armados e reprimir os já atuantes.

Contudo, muitas são as condições para uma paz permanente na região dos Grandes Lagos, mas, em primeiro lugar, podemos colocar a prevenção do conflito à luz da Carta da ONU. O Congo teve tanto a sua integridade territorial quanto sua soberania e independência política violados, o que implica uma interpretação mais profunda do artigo 39 da Carta das Nações Unidas para manter a paz. Outra condição para se manter o ambiente harmônico na região é o controle dos recursos naturais para que os benefícios dos mesmos possam ser usufruídos por todos e não por uma minoria em favor da guerra.

O conflito dos Grandes Lagos enuncia uma crise de Estado e soberania por parte do Congo, uma vez que o território congolês foi invadido resultando numa série de violações dos direitos humanos. Isto posto, é necessário democratizar as instituições e alicerçar a legitimidade do poder pelo voto popular. Vale salientar que não há apenas uma única forma, nem uma ideal. No entanto, talvez por um reflexo do sistema colonial, está inclinada a autoritarismo e o caminho a ser seguido, em nome da sobrevivência do Estado, é o da democratização.

Referências

BIZAWU, Sébastien Kiwonghi. **O Sistema de Segurança Coletiva da ONU e os Conflitos nos Grandes Lagos**: Análise das resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a República Democrática do Congo. São Paulo: Minha Editora, 2008.

KISSINGER, Henry. **A Diplomacia das Grandes Potências**. Tradução Saul S. Geftter; Ann Mary Fghieiera Perpétuo. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A. 1999.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Trad. Oswaldo Biato da edição revisada por Kenneth W. Thompson. Brasília: editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de relações Internacionais, 2003.

HOCHSHILD, Adam. **O fantasma do Rei Leopoldo**: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. Tradução de Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Relações Internacionais**. São Paulo: Manole, 2004.

MELLO, Celso D. Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. V.1, 14 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BRAECKMAN, Colette. **L'enjeu Congolais: l'Afrique Centrale après Mobutu**. Paris: Fayard, 1999.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

VISENTINI, Paulo Fernandes. **A África Independente e a Guerra Fria**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. **A África Moderna**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

YOUNG, Crawford. **Contextualizing Congo Conflicts. Order and Disorder in Postcolonial Africa**. In: CLARK, John F. (ed.). *The African Stakes of Congo War*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Guerra e construção do Estado na República Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. Porto Alegre, 2011.

RIBEIRO, Luis Dario. **África-República Democrática do Congo: Histórico e Conflito**. *Paronama Internacional - Análise de Conjuntura e Política Internacional*. CERJ – Centro Estudantil de Relações Internacionais, UFRGS, 2010.

NEST, Michael. **The Political Economy of the Congo War**. In: NEST, Michael; GRIGNON, François; KISANGANI, Emizet. *The Democratic Republic of Congo. Economic Dimensions of War and Peace*. London: Lynne Rienner Publishers, 2006.

STRAFOR (2006). Angola: Ready to Intervene in the DRC for Kabila 18 de agosto. Publicado em STRATFOR em [http://www.stratfor.com/memberships/41075/angola_ready_intervene_drc_kabila]. Disponibilidade: 19/11/2016.